

A comunicação na calamidade climática do Rio Grande do Sul em 2024: breve reflexão sobre a comunicação digital¹

Maria Eduarda Thaddeu PEDROSO²

Júlia Gonsalo de CARVALHO³

Andreia ATHAYDES⁴

Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, RS

RESUMO

Este estudo discute a temática da digitalização nos departamentos comunicacionais das organizações, conforme a evolução tecnológica na sociedade contemporânea. Segundo Corrêa (2006), observa-se desinformação e inadequações no uso da comunicação digital. Outrossim, o estudo longitudinal do *Latin American Communication Monitor (LCM)* 2022-2023 evidencia as barreiras da digitalização nas organizações estatais da América Latina. Em vista disso, o estudo visa analisar os enquadramentos jornalísticos nacionais sobre a comunicação do governo do Rio Grande do Sul durante o recente período de enchentes no Estado, a fim de compreender como a falta de adaptação às tecnologias digitais nos departamentos de comunicação governamentais pode dificultar a disseminação de informações.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão de Crise; Comunicação Digital; Relações Públicas;

INTRODUÇÃO

A globalização aliada a revolução digital alteraram significativamente o acesso à informação e as práticas de comunicação no mundo todo. Devido à disseminação de ferramentas tecnológicas em grande escala, os meios de comunicação tradicionais como o rádio e a televisão perderam seu protagonismo para o uso da Internet, na medida em que o uso de tecnologias na comunicação tornou-se cada vez mais presente no interior das organizações, como no seio da sociedade (Castells, 2013; Deuze, 2007).

No caso das organizações, contexto analisado neste artigo, a temática da digitalização na comunicação tem sido muito discutida no decorrer das últimas décadas.

¹ Trabalho apresentado no IJ03 –Relações Públicas e Comunicação Organizacional, da Intercom Júnior – XX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

²Graduanda de Relações Públicas pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: maria.pedroso@acad.ufsm.br

³Graduanda de Relações Públicas pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: julia.gonsalo@acad.ufsm.br

⁴Orientadora do trabalho. Professora do curso de Relações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: andreia.athaydes@ufsm.br

Para Kunsch (2006), as mudanças da sociedade contemporânea afetaram diretamente as organizações, levando-as a adotarem novas formas de atuação para manterem-se alinhadas às novas demandas de um mundo conectado. Nesse sentido, este estudo apresenta a temática da digitalização nos departamentos de comunicação, também conhecida como *CommTech*. A presente investigação adota uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica partiu dos conceitos de gestão de crise e comunicação de crise, por Nunes; Silva; Oliveira (2023); comunicação digital, pelo pensamento de Corrêa (2006) e de Luoma-Aho & Badham (2023); de enquadramento jornalístico, conforme Carvalho, (2006); Dantas, (2009). Em termos de pesquisa documental, recorreremos aos dados da pesquisa *Latin American Communication Monitor*² -LCM - 2022-2023 (Álvarez-Nobell et al., 2023), a qual explora as práticas atuais e o desenvolvimento futuro da comunicação estratégica e das relações públicas em empresas, organizações sem fins lucrativos e do setor público, incluindo consultorias e agências de comunicação na América Latina.

A metodologia empregada no artigo baseou-se na análise das notícias relacionadas à comunicação governamental durante o período das fortes chuvas e enchentes ocorridas no Estado do Rio Grande do Sul, nos meses de abril e maio de 2024. As notícias analisadas foram emitidas pelos gabinetes do Governo do Estado, dos prefeitos da região metropolitana e pela Defesa Civil do Rio Grande do Sul e replicadas por diferentes jornais e portais gaúchos e brasileiros. Esse levantamento permitiu uma breve compreensão da estratégia de comunicação adotada e da interação com a população afetada.

Dessa maneira, o artigo busca promover uma reflexão sobre o papel da comunicação digital em situações de crise e emergência e de como a falta de adaptação às tecnologias digitais nos departamentos de comunicação governamental pode dificultar a emissão de informações eficientes e coordenadas em situações de emergência.

Gestão de crise e comunicação de crise

² O LCM é reconhecido como o maior e mais antigo estudo científico longitudinal e comparativo nas áreas de comunicação estratégica e relações públicas na América Latina, segundo o *Institute for Public Relations*, (2024).

A comunicação digital de risco e de crise refere-se ao uso de tecnologias digitais para gerenciar e disseminar informações durante situações de risco ou crises, como desastres naturais, crises corporativas ou emergências de saúde pública. As crises costumam ser desencadeadas na medida em que riscos são negligenciados ou mal gerenciados. Assim, a efetividade da gestão de riscos e crises envolve uma abordagem transparente sobre vulnerabilidades e a implementação de alternativas estratégicas para enfrentar eventos críticos. (Nunes; Silva; Oliveira, 2023)

A prática da comunicação de risco é fundamental no processo de comunicação que busca alertar sobre um perigo presente, tornando-se uma importante estratégia para o Estado agir em situações que envolvem riscos e perigos aos cidadãos. (Barbieri; Leitzke; Santos, 2017). A comunicação de crise não se limita apenas a informar sobre perigos iminentes, como também envolve a identificação precoce de ameaças potenciais e a implementação de medidas preventivas. Esta abordagem proativa permite ao Estado e às autoridades competentes agirem com antecedência, mitigando os impactos adversos e protegendo a população.

As crises, por sua vez, são concebidas como situações que geram danos sobre pessoas e estruturas e, pela visibilidade pública, ameaçam a reputação de organizações e/ou pessoas, impactando diretamente na continuidade de negócios e/ou carreiras. (Nunes; Silva; Oliveira, 2023). A prática da comunicação de crise, portanto, não só visa mitigar os danos físicos e reputacionais, mas também fortalecer a capacidade de resposta e recuperação diante de eventos adversos.

Diante de uma situação de risco, fica evidente que o Estado deve ser o primeiro a comunicar a população sobre as consequências que pode sofrer, para que, desta forma, a sociedade possa tomar consciência sobre a real dimensão da situação. Mapear, avaliar e monitorar riscos são etapas indispensáveis para um bom planejamento de gestão de crises em um momento de crise climática mundial. Conforme o Marco de Sendai para a Redução de Riscos e Desastres 2015-2030:

Os meios de comunicação devem: assumir um papel ativo e inclusivo nos níveis local, nacional, regional e global, contribuindo para a sensibilização e para o entendimento do público, e divulgar informações precisas e não confidenciais sobre risco de desastres, perigos e desastres, incluindo desastres de pequena escala, de modo fácil de entender, simples, transparente e acessível, em estreita cooperação com as autoridades nacionais; adotar políticas de comunicação específicas para a redução do risco de desastres; apoiar,

conforme apropriado, sistemas de alerta precoce e medidas de proteção para salvar vidas; e estimular uma cultura de prevenção e forte envolvimento da comunidade em campanhas de educação pública e consultas públicas em todos os níveis da sociedade, em conformidade com as práticas nacionais (UNISDR, 2015, p.21).

Nesse contexto, a comunicação digital de risco e de crise é essencial para assegurar que informações precisas e oportunas sejam transmitidas ao público afetado, auxiliando na mobilização de recursos necessários para lidar com uma situação de emergência. Frente a este cenário, compreende-se que é papel do Estado garantir o direito dos cidadãos à informação, especialmente para populações diretamente afetadas por atividades de alto impacto ambiental. A comunicação transparente e imediata pode fazer a diferença entre a vida e a morte, além de reduzir significativamente os impactos negativos sobre comunidades vulneráveis. A utilização de tecnologias digitais para disseminar informações em tempo real permite que avisos e instruções essenciais alcancem rapidamente aqueles em risco, facilitando a coordenação de esforços de resposta e a mobilização eficiente de recursos.

Deste modo, é dever das organizações estatais orientarem a população sobre os riscos ambientais e desenvolverem uma cultura de comunicação tecnológica. Implementar sistemas de alerta precoces, utilizar redes sociais e aplicativos móveis para atualizações instantâneas e criar plataformas interativas para monitoramento e feedback são estratégias que apresentam grande potencial de aumentar a eficácia da gestão de risco e crises em situações de calamidade. Ao garantir que todos os cidadãos tenham acesso e saibam como interpretar e reagir às informações e alertas de sobre situações de risco, o Estado fortalece a resiliência e a capacidade de resposta da comunidade.

Uso da tecnologia na gestão da comunicação na América Latina

Uma das principais tendências destacadas pelo estudo do *Latin American Communication Monitor 2022-2023* é a digitalização dos departamentos de comunicação e o uso crescente de tecnologias na comunicação, conhecidas como CommTech (*Communication Technology*). Segundo o estudo, o termo CommTech refere-se às tecnologias digitais para gerenciar e implementar atividades fundamentais (comunicação com *stakeholders*; assessoramento a quem toma decisões) e para fluxos de trabalho internos em áreas de comunicação” (Álvarez-Nobell et al. 2023).

A CommTech abrange uma ampla gama de tecnologias para melhorar e facilitar a comunicação, incluindo plataformas, dispositivos, softwares de gerenciamento de conteúdo, ferramentas de análise de dados, aplicativos de mensagens instantâneas, e outras soluções digitais que facilitam a criação, distribuição e avaliação de conteúdo comunicacional (Luoma-Aho & Badham, 2023). Os autores abordam o conceito da digitalização como processo sócio técnico de transformação das práticas de comunicação, devido ao uso de ferramentas, dados e técnicas digitais nas organizações para desenvolver um mais próximo envolvimento com os *stakeholders*, criação de conteúdo, gestão e análise de feedback.

Portanto, a comunicação digital estabelece a estratégia e as ações de comunicação dentro do ambiente digital. Para Corrêa (2006), a definição do processo de adaptação a digitalização nos departamentos de comunicação consiste na aplicação das ferramentas das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TIC's) no ambiente organizacional, com a finalidade de auxiliar e dinamizar os processos de Comunicação Integrada. Em vista ao cenário de rápidas transformações, impulsionado pelas tecnologias digitais, é possível observar um fardo de significativas mudanças, tanto positivas como negativas na profissão de comunicação (Luoma-Aho & Badham, 2023).

Como consequência da velocidade da popularização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TICs) no ambiente organizacional, foram originadas desinformações e inadequações nas práticas comunicacionais desenvolvidas nas empresas. Devido a essa problemática, destaca-se a necessidade da sistematização das práticas digitais de comunicação, vinculada ao desenvolvimento de um plano de comunicação digital integrado (Corrêa, 2005).

Essa problemática também foi destacada no *Latin American Communication Monitor*, edição dos anos de 2022 e 2023, o qual identifica a digitalização como tendência impactante e transformadora na profissão e nos métodos de trabalho da área. Contudo, este mesmo estudo alerta sobre a incipiente digitalização da comunicação, especialmente nas organizações governamentais do continente. Conforme os dados divulgados, apenas 30% dos profissionais de comunicação na América Latina acompanharam com atenção o debate acerca da CommTech e somente 11% dos departamentos de comunicação e relações públicas implementaram a digitalização em

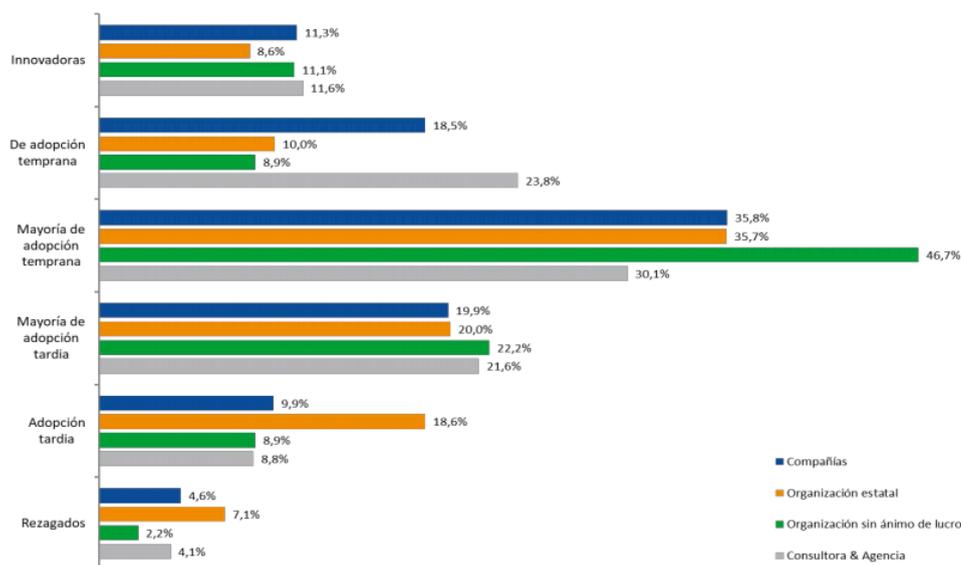
todas as atividades principais. Em contrapartida, 68,5% dos profissionais de comunicação consideram que CommTech mudará significativamente a profissão de comunicação em seus respectivos países; 70% afirma que haverá mudanças na maneira na qual trabalha-se comunicação devido a digitalização e cerca de 65% acredita que CommTech mudará significativamente o departamento ou agência no qual atua (Álvarez-Nobell et al, 2023).

Além disso, os dados demonstram diferentes valorizações sobre o impacto do CommTech nos países da América Latina, sendo visto com maior relevância por profissionais do Brasil, Porto Rico, México e Panamá. Aqui destaca-se que os profissionais de comunicação brasileiros são os que mais evidenciam relevância no impacto da CommTech na profissão da comunicação estratégica e nas relações públicas. A respeito dos benefícios e riscos do uso das tecnologias digitais nos departamentos e agências de relações públicas e comunicação estratégica, cerca de 87% acredita nas vantagens da CommTech nas atividades gerais de comunicação, em comparação a 26% que afirma apresentar desvantagens. Nessa mesma compreensão, 85,1% dos profissionais enxergam vantagens no uso da comunicação digital para a comunicação com *stakeholders*, enquanto 33,3% reconhecem desvantagens (Álvarez-Nobell et al, 2023).

Ao serem questionados sobre os desafios para a introdução da CommTech nas organizações, 47% dos respondentes mencionaram barreiras estruturais; cerca de 46% destacaram que as tarefas e processos não estão preparados para a digitalização; 43% apontaram a falta de qualificação das pessoas; e 42% indicaram as tecnologias imperfeitas como um obstáculo. Abordando especificamente as organizações estatais, as barreiras estruturais foram os desafios mais mencionados (3,73) seguidas das tecnologias imperfeitas (3,56) e das tarefas e processos despreparados para a digitalização (3,50). No Brasil, essas barreiras foram consideradas as mais relevantes por 45% dos respondentes, sendo o desafio mais citado no país (Álvarez-Nobell et al, 2023).

Figura 1: Nível de digitalização nos departamentos de comunicação

Grado de digitalización y uso de CommTech en los departamentos de comunicación de América Latina



Fonte: Álvarez-Nobell et al, 2023.

A Figura 1 evidencia o nível da digitalização nos departamentos de comunicação de acordo com o tipo de organização, cujos índices destacados na cor laranja pertencem às organizações estatais. São classificadas como “*Innovadoras*” - em português “inovadoras”, as organizações que apresentam o uso avançado da Commtech, isto é, em todas as suas atividades principais. Na mesma Figura 1, indica-se que apenas 8,6% das organizações estatais são classificadas como tal. Classifica-se “*de adopción temprana*” - traduzido para o português como “adoção antecipada” as organizações nas quais a digitalização é aplicada na maioria das atividades principais, realizando então um uso altamente avançado de CommTech. Quando a organização apresenta uso acima da média de tecnologia de comunicação, ela é considerada “*Mayoría de adopción temprana*” - na Língua Portuguesa “maioria de adoção antecipada” - cujas organizações estatais representam, nesta categoria, apenas 35,7%. São consideradas “*Mayoría de adopción tardía*”- traduzido para o português como “maioria de tarde adoção”, as organizações que apresentam digitalização em algumas atividades principais, isto é, fazem uso médio de CommTech, representando 20% das organizações estatais. “*Adopción tardía*” - na Língua Portuguesa “adoção tarde”, configura as organizações nas quais a digitalização está presente em algumas das atividades principais, sendo 18,6% das organizações estatais classificadas como tal.

Por fim, “*Rezagados*” - em português, “atrasados” - caracterizam as organizações em que há quase nenhum uso de CommTech, representando 7,1% das organizações estatais. Portanto, infere-se a imaturidade da adaptação das organizações governamentais da América Latina quanto às tecnologias digitais para gerir e implementar atividades fundamentais nos departamentos de comunicação, dentre elas, a gestão de comunicação de risco e de crise.

Enquadramentos jornalísticos

O jornalismo é responsável pela produção de enquadramento dos acontecimentos cotidianos. Para isso, constantemente interage e negocia com outros fatores sociais, promovendo narrativas noticiosas sobre eventos que dificilmente seriam processados sem o enquadramento os tornando compreensíveis. Desse modo, os enquadramentos jornalísticos passam a configurar quadros de referência que organizam formas de entendimento do mundo e auxiliam as pessoas na ordenação da realidade percebida, conforme Carvalho (2006) e Dantas (2009).

Devido aos eventos climáticos intensos, o Estado do Rio Grande do Sul encontra-se em estado de calamidade pública, reconhecido pelo Governo Federal segundo o Decreto n o 57.596, em 1 de maio de 2024. Como afirma o BBC News Brasil (2024), o Estado está enfrentando a maior tragédia climática de sua história. Mapas interativos desenvolvidos pela CNN (2024), baseados em dados divulgados pela Defesa Civil do Rio Grande do Sul mostram que mais de 90% dos municípios do Estado foram atingidos pelas tempestades.

O levantamento dos enquadramentos jornalísticos citados na presente pesquisa foi desenvolvido durante o período de 20 de maio a 20 de junho de 2024. As matérias selecionadas relatam entrevistas com gestores públicos e os alertas emitidos tanto do Governo Estadual, incluindo gabinete do Governador e Defesa Civil, como do governo municipal da capital gaúcha e da cidade de Canoas, principal cidade afetada na região metropolitana.

Inicialmente, é possível verificar o atraso na emissão de alertas para a população a respeito da intensidade da situação. Conforme Prazeres & Da Mata (2024), somente no dia 29 de abril o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) emitiu o primeiro alerta vermelho de volume elevado de chuva, no dia seguinte, 77 municípios gaúchos já eram

considerados impactados pelas chuvas, foram registradas as primeiras cinco mortes, dezoito pessoas desaparecidas e desabamento de pontes em duas cidades.

No dia 30 de abril, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Camaden) enviou alerta sobre a alta de chuvas intensas e a elevação brusca nos rios de várias regiões, citando o rio Taquari. Apesar disso, o Governador Eduardo Leite pronunciou-se afirmando que não havia indicações de que os rios subiriam com rapidez e, apenas no dia 1º de maio, foi feito o pedido de evacuação na região do Vale do Taquari, como relatam Prazeres & Da Mata, (2024).

Na matéria “No Rio Grande do Sul, é hora de apontar o dedo” para a Folha de S. Paulo, Amparo (2024) critica a gestão de Leite no que diz respeito à comunicação à população gaúcha, em razão à falta de clareza nas orientações e atraso de três dias na comunicação sobre a crise climática, entre o primeiro boletim meteorológico (26/4) e a primeira postagem do governador (29/4, à noite). Ademais, Amparo também reprova a atuação do governo federal, por não ter lançado à população o Sistema de Alerta de Desastres, pronto há seis meses desde a publicação da matéria (08.06). Segundo o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, até o dia 28 de março o Sistema ainda não havia sido liberado.

O Observatório da Comunicação de Crise (OBCC), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), reprovou publicamente a atuação dos órgãos estatais durante as recentes intensas chuvas e inundações no estado gaúcho, afirmando “ineficiente gestão de crise por parte do Poder Público” e “disseminação desenfreada de desinformação” (2024). Em períodos de crise, como durante desastres naturais, a rapidez e a precisão das informações podem salvar vidas. No entanto, a falta de infraestrutura digital e protocolos claros de comunicação digital nas agências governamentais resulta em mensagens contraditórias ou atrasadas.

Essa adversidade efetuou-se recentemente na cidade de Canoas no domingo, 26 de maio. Segundo reportagem em GZH (Paludo & Plentz, 2024), “moradores foram orientados por membros do Exército brasileiro a evacuarem imediatamente o bairro por conta do rompimento de um dique, que acabaria por afetar o local, o que não aconteceu”. Posteriormente, a Prefeitura da cidade pronunciou-se em suas redes sociais desmentindo a falsa informação.

Na reportagem publicada pela agência de jornalismo investigativo Pública, a jornalista e professora no departamento de Geociência da *Georgia State University (EUA)*, Flávia Moraes, critica a estratégia de comunicação de alerta da Defesa Civil do Rio Grande do Sul. Em postagem compartilhada nas redes sociais do órgão, foi conferida a responsabilidade de decisão de evacuações para a população gaúcha, aconselhando os cidadãos a considerar a altura do terreno para deixar ou não a localidade em que se encontravam. Para a professora, a população não possui os recursos ou o conhecimento necessário para avaliar tal situação, enfatizando a necessidade de um sistema de comunicação que integre múltiplas plataformas, como mensagens de texto, rádio, imprensa, redes sociais e televisão. A reportagem ressalta ainda os dados trazidos pela Defesa Civil: apenas 11,2% da população do Rio Grande do Sul está cadastrada no sistema de alertas, refletindo uma grave falta de cultura de prevenção e digitalização nas organizações governamentais.

Além disso, as informações emitidas pelos governos foram falhas em vista da falta de clareza e coordenação na comunicação. De acordo com a teoria sobre a gestão de comunicação de crise, é de extrema importância que as autoridades forneçam informações rápidas, precisas e concisas. A falha na aplicação desses princípios foi evidente nas notícias relatadas. A falta de coordenação entre os diferentes níveis de governo e a emissão tardia ou contraditória de alertas contribuíram para o caos e aumentaram a vulnerabilidade da população. Exemplo disso, foi a divergência de informações sobre a evacuação em Canoas e a orientação inadequada para que a população avaliasse por conta própria a necessidade de evacuação, o que ilustra a ausência de uma estratégia de comunicação eficaz e integrada.

Considerações Finais

Os resultados da análise demonstram que o Estado não está preparado para alertar a população sobre situações emergenciais. Um dos motivos para esse despreparo possivelmente está relacionado com a falta de investimento em comunicação digital pelo governo federal, uma área considerada de extrema importância, mas ainda pouco desenvolvida, especialmente em organizações públicas na América Latina, conforme

destacado na pesquisa do *Latin American Communication Monitor 2022-2023*, que evidencia as barreiras da digitalização nas organizações estatais da América Latina.

Este cenário sublinha a urgência da adequação da digitalização na comunicação de crise em âmbito nacional, para que a disseminação de desinformação seja evitada e ações comunicacionais eficazes concretizem-se em situações emergenciais. Conforme ressaltado no relatório do LCM de 2022-2023, é essencial que as organizações estatais adotem uma postura mais proativa e colaborativa para enfrentar os desafios associados à digitalização da comunicação de crise (Álvarez-Nobell et al, 2023). Tal transformação não apenas fortalecerá a capacidade de resposta em momentos críticos, mas também contribuirá para a segurança e proteção da população, assegurando uma comunicação mais eficaz e coordenada em situações de emergência.

Os estudos do Latin American Communication Monitor 2022-2023 indicam que a falta de infraestrutura digital e a escassez de profissionais qualificados estão comprometendo a eficácia da comunicação de crise nas organizações públicas da América Latina. As dificuldades enfrentadas pelo governo do Rio Grande do Sul durante a recente crise climática evidenciam a necessidade urgente de investimentos em tecnologias digitais e capacitação profissional.

A transformação digital nas organizações públicas da América Latina é fundamental para melhorar a comunicação de crise e garantir a segurança da população. O estudo do LCM evidencia a importância de investir em infraestrutura tecnológica, qualificação profissional e uma abordagem colaborativa para enfrentar os desafios da digitalização. A implementação dessas mudanças fortalecerá a capacidade de resposta em tempo real das organizações públicas perante situações de emergência, possibilitando que alertas em conjunto de instruções essenciais cheguem rapidamente aos cidadãos em risco.

Em função disso, sugere-se que as organizações compreendam as competências digitais e suas funcionalidades e integrem em suas equipes profissionais de tecnologia para digitalizar a empresa. Além disso, é importante que os profissionais de comunicação se tornem aptos a trabalhar com CommTech e análise de dados para minimizar a disseminação de desinformação e assegurar uma comunicação eficiente em momentos críticos.

Por fim, sugere-se ampliar os estudos sobre a temática deste artigo, considerando que a catástrofe ambiental no Rio Grande do Sul é muito recente, não possibilitando o aprofundamento devido de todas as variáveis implicadas até o momento de publicação deste trabalho.

REFERÊNCIAS

A cronologia da tragédia no Rio Grande do Sul. **BBC News Brasil**, 11 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd1qwp3z77o> . Acesso em: 21 de mai. 2024.

ÁLAVREZ-NOBELL, A.; MOLLEDA, J. C.; MORENO, A.; ATHAYDES, A.; SUÁREZ-MONSALVE, A. M. y HERRERA, M. **Comunicación estratégica y relaciones públicas en América Latina: Diversidad y liderazgo empático, CommTech y consultoría. Resultados de una encuesta en 20 países**. Bruselas: EUPRERA, 2023.

AMPARO, T. No Rio Grande do Sul, é hora de apontar o dedo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8, mai. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/thiago-amparo/2024/05/no-rio-grande-do-sul-e-hora-de-apontar-o-dedo.shtml>. Acesso em: 3 de jun. 2024.

BARBIERI, Camilla; LEITZKE, Milene R. Lourenço; SANTOS, Larissa M. O. **O papel do estado em situações de risco: a comunicação e a garantia ao acesso à informação pública do risco**. In: Anais do XI Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas. Belo Horizonte, 2017.

CORRÊA, E. S. **Comunicação digital: uma questão de estratégia e de relacionamento com públicos**. São Paulo, Brasil, ORGANICOM v. 2, n. 3, p. 94–111, 2005.

CASTELLS, M. **Communication power**. USA, Oxford University Press, 2013.

DANTAS, M. VIMIEIRO, A C. **Entre o explícito e o implícito: proposta para a análise de enquadramentos da mídia**. Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, v.5 n.2, dez. 2009.

DEUZE, M. Liquid Life, Work, and Media. In DEUZE, M. **Managing media work**. Polity, Cambridge: Polity Press, 2007. cap 1, p 1-44.

DE CARVALHO, Carlos Alberto. **Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico**. Contemporânea, v. 7, n. 2, p. 2, 2009.

ELY, L. Sistema de alertas sobre tragédia no Rio Grande do Sul falhou, dizem especialistas. **Pública**, 7 de mai. 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/05/sistema-de-alertas-sobre-tragedia-no-rio-grande-do-sul-falhou-dize-m-especialistas/> Acesso em: 20 de maio de 2024.

FSB COMUNICAÇÃO. **Comunicação digital**: entenda o que é e suas tendências. 2020. Disponível em: <https://www.fsb.com.br/noticias/comunicacao-digital/>. Acesso em: 23 de mai. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto Nº 57.596, de 1º de maio de 2024. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 1º mai. 2024. Disponível em: <https://www.diariooficial.rs.gov.br/materia?id=997980> Acesso em: 23 de mai. 2024.

FAJARDO, Olivia K; MCCORKINDALE, Tina. **IPR top 15 insights of 2023**. Institute for Public Relations 24 Jun. 2024. Disponível em: <https://instituteforpr.org/ipr-top-insights-2023/> Acesso em: 25 de mai. 2024.

KUNSCH, M. Comunicação organizacional: conceitos e dimensões dos estudos e das práticas In: MARCHIORI, M. **Faces da cultura e da comunicação organizacional**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2006, pp.167-190.

KUNSCH, M. M. K. Planejamento e gestão estratégica de relações públicas nas organizações contemporâneas. *Análise: cadernos de comunicação e cultura*, (34). 125-139, 2006.

LUOMA-AHO, V; BADHAM, M. (Eds.). (2023). **Handbook of digital corporate communication**. Edward Elgar.

MIDR- Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Governo Federal vai emitir alerta de desastres nos celulares da população**. MIDR, Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/governo-federal-vai-emitir-alerta-de-desastres-nos-celular-es-da-populacao> Acesso em: 3 de jun. 2024.

MUNHOZ, F. Enchente no RS: Mapas interativos mostram locais afetados pela chuva. **CNN Brasil**, São Paulo, 13 de mai. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/enchente-no-rs-mapas-interativos-mostram-locais-afetados-pela-chuva-veja/> Acesso em: 21 de mai. 2024.

NUNES, A. K.; SILVA, D. W.; OLIVEIRA, R. F. **Gestão de risco e crise em organizações de caráter não privado que atuam no Brasil**. 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2023, Belo Horizonte, MG. In: Anais do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2023.

PALUDO, L; PLENTZ, G. Prefeitura de Canoas desmente evacuação do bairro Mathias Velho; Exército fala em "grave erro de procedimento". **GauchaZH**, Porto Alegre, 26 de mai. 2024. Disponível em:
<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2024/05/prefeitura-de-canoas-desmente-eva-cuacao-do-bairro-mathias-velho-exercito-fala-em-grave-erro-de-procedimento-clwoa4pfr00j4014xflachkq5.html> Acesso em: 1 de jun. 2024.

PRAZERES, L; DA MATA, J. 'Não houve demora', diz Leite sobre evacuações em enchentes no Rio Grande do Sul. **BBC News Brasil**. 17 de mai.2024. Disponível em:
<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4n1gx9pkw4o>. Acesso em: 25 de mai. 2024

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria. **15 textos para pensar o desastre climático no RS sob a perspectiva comunicacional**. 2024. Disponível em:
<https://www.ufsm.br/projetos/institucional/observatorio-crise/2024/05/20/15-textos-para-pensar-o-desastre-climatico-no-rs-sob-a-perspectiva-comunicacional>. Acesso em: 21 de mai. 2024.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION - UNISDR. **Marco de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030**. Defesa Civil do Paraná, Curitiba, 18 de mar. 2015. Disponível em:
https://www.defesacivil.pr.gov.br/sites/defesa-civil/arquivos_restritos/files/documento/2018-12/MarcodeSendaiPortugues.pdf. Acesso em: 1 de jun. 2024.